



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DEFESA**  
**DO CONSUMIDOR**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 1847/2022**  
**REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 8545/2021**  
**RELATOR: DOMINGOS PROTETOR**

**Ementa:** Dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa, tarifa ou qualquer outra modalidade de contraprestação para a realização de desligamento, religação e restabelecimento dos serviços essenciais de saneamento básico de água e esgoto e luz enquanto durar a pandemia provocada pelo vírus SARS COV 2

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei apresentado pelo nobre Vereador Octavio Sampaio, por meio do qual dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa, tarifa ou qualquer outra modalidade de contraprestação para realização de desligamento, religação e restabelecimento dos serviços essenciais de saneamento básico de água e esgoto e luz enquanto durar a pandemia provocada pelo vírus sars cov-2.

A Comissão de Justiça e Redação exarou parecer favorável à tramitação do presente Projeto de Lei e, agora, o processo está sendo submetido à apreciação da Comissão de Segurança Pública, Serviços Públicos e Defesa do Consumidor, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Trata-se de Projeto de Lei que tem como objetivo dispor sobre a proibição de cobrança de taxa, tarifa ou qualquer outra modalidade de contraprestação para realização de desligamento, religação e restabelecimento dos serviços essenciais de saneamento básico de água e esgoto e luz enquanto durar a pandemia provocada pelo vírus sars-cov-2. O Autor justifica que:

*“(...) A inadimplência do consumidor justifica a suspensão do serviço*

*prestado, diante do descumprimento de sua obrigação contratual. Na*

*mesma esteira também é plenamente justo que, após a quitação de*

*eventual débito e o restabelecimento da normalidade na relação de*

*consumo, o usuário volte a ter acesso ao serviço. A Lei 8.987, de 13 de*

*fevereiro de 1995, em seu art. 6.º, estabelece as condições em que se*

*pode dar a interrupção ou descontinuidade do serviço unilateralmente,*

*por decisão da empresa concessionária. Tal Lei, entretanto, silencia*

*sobre o restabelecimento do serviço.*

Página: 1

*A referida lacuna legislativa permitiu a criação da taxa de religação*

*cobrada por diversas concessionárias de serviços públicos. Essa taxa*

*constitui uma espécie de segunda punição, a qual não é razoável e tem*

*especial efeito danoso sobre os consumidores de menor renda, que não*

*só terão de buscar recursos para sanar sua dívida e pagar multas*

*contratuais, como terão um novo gasto na forma de taxa de religação.*

*Durante a pandemia provocada pelo vírus SARS-COV-2, milhares de*

*famílias tornaram-se inadimplentes e tiveram o fornecimento de serviços*

*essenciais suspensos. A cobrança de taxa de religação onera novamente*

*pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade social.*

*Portanto, este projeto visa garantir a isenção da taxa de religação para*

*famílias que recebam até dois salários mínimos, buscando garantir a*

*dignidade humana, o acesso a serviços públicos e o mínimo existencial*

*a essas famílias. (...)”*

De início, cumpre observar que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Petrópolis/RJ (Lei n.º 025, de 10/10/2012) trazem em seu bojo a competência do Município para legislar sobre interesse local e complementar a legislação federal e estadual no que couber. Assim, prescrevem o art. 30, incisos I e II e art. 16, § 3.º, respectivamente:

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...)”*

*“Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite*

*ao interesse local e ao bem-estar de sua população:*

*(...)”*

*§3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício*

*privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar*

*interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem*

*com a competência federal e estadual. (...)”*

Portanto, o objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência do Município de Petrópolis.

Também importa mencionar que nos termos do art. 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Petrópolis (Lei n.º 025, de 10/10/2012), são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

*“Art. 60. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham*

*sobre:*

*(...)*

***III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias,***

***Departamentos e Diretorias ou órgãos equivalentes da***

***Administração Pública;***

*(...)” (grifo nosso)*

Na mesma senda, preceitua o art. 77 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Veja-se:

***“Art. 77. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa***

***das leis que disponham sobre:***

***I – criação, estruturação, atribuições ou extinção de***

***secretarias, órgãos e entidades da administração pública***

***municipal;***

*(...)” (grifo nosso)*

Desta forma, embora bastante louvável a iniciativa do Ilustre Vereador Octavio Sampaio ao propor o presente Projeto de Lei **entende-se que a matéria deveria ser proposta em forma de Indicação Legislativa**, visto que, nos termos do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores:

***“(...)Art.82. Indicação é a proposição, sujeita à votação única,***

***em que, com fundamentação, são solicitadas medidas de***

***interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução***

***administrativa seja de competência privada do Poder Executivo ou da Mesa da Câmara.***

***§1.º As indicações podem ser:***

*(...)*

***II – legislativas, quando se destinam a obter do Poder***

***Executivo ou da Mesa da Câmara medidas de interesse público,***

***que não constituem matéria de Projeto de Lei, de Resolução ou***

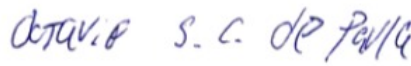
***Decreto Legislativo. (...)” (grifo nosso)***

Portanto, **com as devidas ressalvas** e mediante a importância da matéria proposta pelo nobre Vereador Octavio Sampaio, visto ser de grande interesse para o Município de Petrópolis, **opina-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 8545/2021.**

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação do **Projeto de Lei nº 8545/2021.**

Sala das Comissões em 11 de Fevereiro de 2022



OCTAVIO SAMPAIO  
Presidente



DOMINGOS PROTETOR  
Vice - Presidente